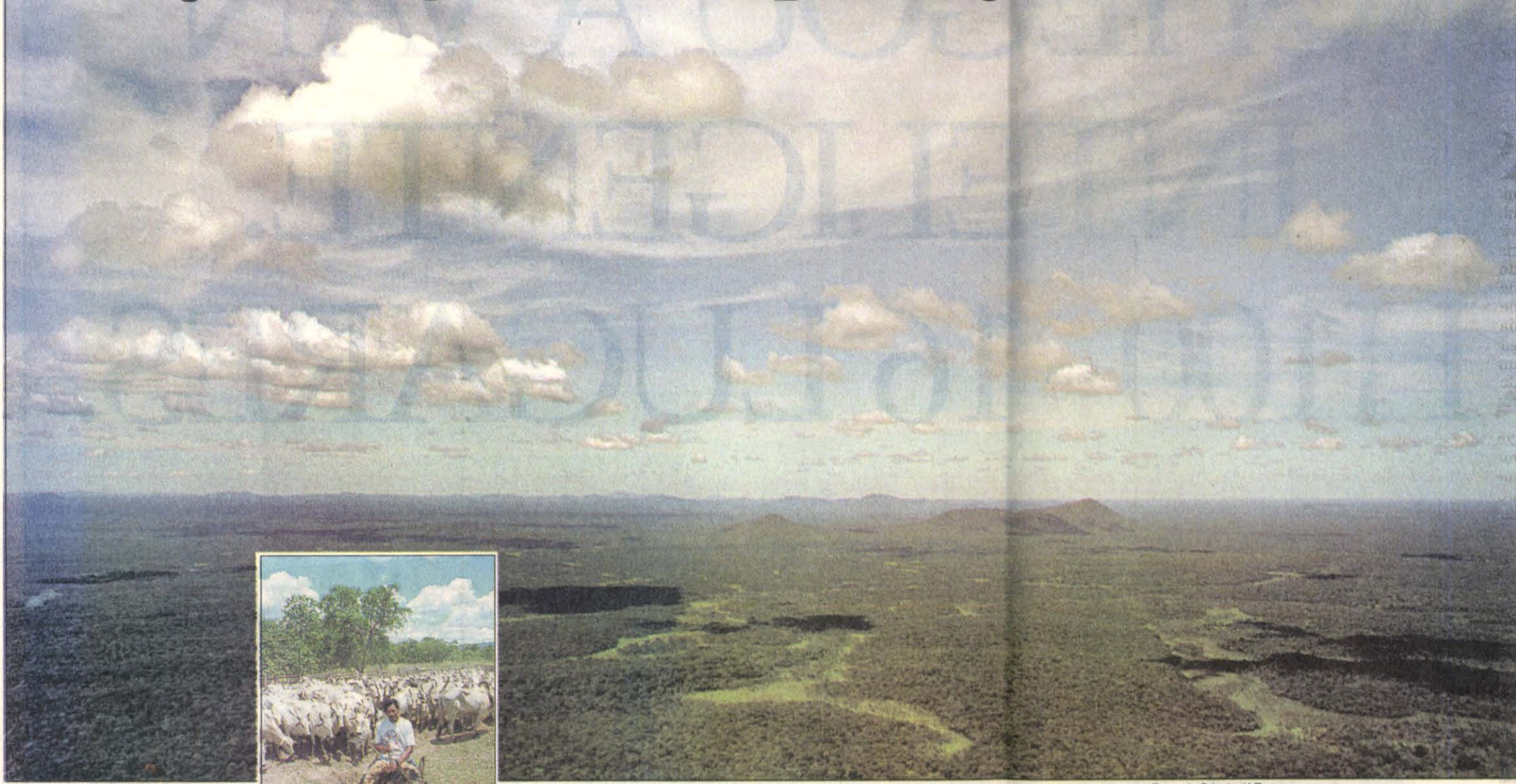


Criação de gado dá esperança aos cadiués



Parceria possibilita a independência econômica e a manutenção das terras

ARNALDO GALVÃO
 Enviado especial

SERRA DA BODOQUENA – Um projeto piloto de parceria para criação de gado assinado entre índios cadiués, em Mato Grosso do Sul, e o advogado paulista Alain Moreau está dando perspectiva econômica para quem dependia de pequenas lavras de subsistência e favores oficiais. O contrato-padrão, inspirado em experiências com a tribo crow, no Estado norte-americano de Montana, prevê que os índios devem cuidar do gado



Na última partilha, Mário Costa da Silva (à esq.), responsável pela Fazenda Ximbuva, ficou com 43 bezerros; à direita, cadiué recolhe o gado nos pastos da propriedade; acima, vista geral da reserva



Fotos L.C. Leite/AE

terena casado com uma mulher cadiué, já conseguiu superar o índice de produtividade de 50% aceito para o Pantanal. Nessa região, os técnicos admitem que uma vaca produza um bezerro a cada dois anos, mas Mário, em 1999, obteve 67% de nascimentos.

Desempenho – As cinco parcerias que já estão em andamento têm desempenhos diferentes, mas Moreau acredita na viabilidade dessa iniciativa, que poderá interessar aos criadores da região e ajudar os cadiués a alcançar independência econômica sem perder a posse do seu território.

ÍNDIGENAS FICAM COM 50% DOS BEZERROS

O pagamento é simples: a cada ano, os cadiués ficam com metade dos bezerros que nascem e têm a possibilidade de ter rebanho próprio. O parceiro pecuarista garante assistência técnica e fiscaliza o trabalho. Todos os parceiros de Moreau recebem, como adiantamento do contrato, uma cesta básica por mês, no valor de R\$ 240.

Durante quatro dias a reportagem do Estado visitou três fazendas e a Aldeia Bodoquena, onde mora a maioria dos cadiués. Mário Costa da Silva,

Bodoquena. Ele mora com sua família (20 pessoas) em uma modesta casa de madeira, sem água encanada nem luz elétrica, e cuida de 320 cabeças. Na última partilha, ficou com 43 bezerros.

Antes da parceria, Mário vivia na aldeia com sua família, sem renda nenhuma. Há dois anos, tinha chegado ao fim o arrendamento da fazenda para um pecuarista, o que significa-

va R\$ 420 por mês. Na parceria com Moreau, sua renda líquida mensal aumentou para R\$ 760 e ele ainda tem a oportunidade de formar um rebanho próprio.

O exemplo de produtividade e eficiência que Moreau obteve na parceria com Mário não significa que tudo vai bem. Adailton da Silva (Honikotóhodi, em cadiué) é, há dois anos, o parceiro da Fazenda Panela, de 1.080 hectares. Na última partilha, Adailton ficou com apenas 12 cabeças. Ele mora provisoriamente na Aldeia Bodoquena, a 6 quilômetros da fazenda, porque um temporal destelhou sua casa.

“Não digo que é uma fazenda, é um rancho; falta água e a casa, que já era ruim, foi destruída em um vendaval.” Mesmo reclamando, ele reconhece

que sua vida melhorou com a parceria. “Preciso de uma casa para viver com minha mulher e meus dois filhos na fazenda.”

Pioneiro – Antonio Marcelino, conhecido por Toninho – em cadiué é Lihaléteu –, foi o pioneiro na assinatura, em julho de 95, do contrato de parceria, mas, como Adailton, enfrenta dificuldades. Hoje, seu rebanho é de apenas 14 cabeças, mas cuida de 138 que pertencem a Moreau. Ele mora na Fazenda São Salvador, de 4.634 hectares, a mais isolada da reserva cadiué, a 180 quilômetros de Bodoquena. Mas a exploração pode estar no seus hábitos consumistas, criticados até pelo cacique Liberdito Rocha: “Índio não precisa de motor a diesel e antena parabólica.”

Em 1994, Toninho chegou na São Salvador, às margens do Rio Niutaca, com suas 80 cabeças de gado. Seis dos oito filhos já tinham nascido e ele enfrentava ameaças de um pecuarista que arrendava essas terras. Com muita coragem, ele decidiu morar na casinha de madeira feita na década de 50, quando ocorreram as primeiras invasões nas áreas indígenas daquela região.

Outro exemplo de bom desempenho é a Fazenda Pouso Alto, de Osvaldo Vicente. Ego-wá, como é chamado entre os cadiués, tem 46 anos, nove filhos e dois netos. Ele e sua família cuidam de 180 cabeças em 2.400 hectares. No segundo ano de parceria (1998), sua produção foi de 76 bezerros. Antes do contrato que assinou com Mo-

reau, Osvaldo tinha uma pequena roça com milho, mandioca e feijão, além de algumas cabeças de gado.

Partilha – Muito desconfiado da inusitada visita dos jornalistas do Estado, Osvaldo não respondeu algumas perguntas. Talvez ainda esteja chateado com seus 15 bezerros que as onças-pardas mataram ultimamente. Ou, então, preocupado com a difícil manutenção dos quase 30 quilômetros de cerca da fazenda, essenciais para cuidar bem do gado. Na última partilha Osvaldo ficou com 15 fêmeas e 6 bezerros. Seu rebanho já é de 30 cabeças.

Não são apenas homens os parceiros de Moreau. Sandra da Silva (Nadaty, em cadiué), tem 31 anos e cuida do gado há dois na Fazenda Sertaneja, de 2.880 hectares. Recebeu 15 fêmeas na última partilha. “Minha vida melhorou muito com a parceria.” Se precisar, ela monta e também lida com o gado, ajudada por Rubens (cadiué) e Vicente (terena).

Sandra morou seis anos em Campo Grande, onde fazia peças de cerâmica, mas não ganhava o bastante para sustentar-se. Atualmente, é obrigada a morar na aldeia porque não há água suficiente na Sertaneja. “Preciso de um açude, um poço para abastecer a casa e mais cercas internas para as invernações.” Sandra tem dois filhos, Adeilson, de 11 anos, e Lucas, de 1, e espera que eles sigam seu exemplo. “Acho importante que meus filhos aprendam a trabalhar com o gado.”

Cacique reconhece que a vida dos índios melhorou

Líder cadiué gostaria que projeto fosse ampliado para ajudar muitos indígenas sem perspectivas

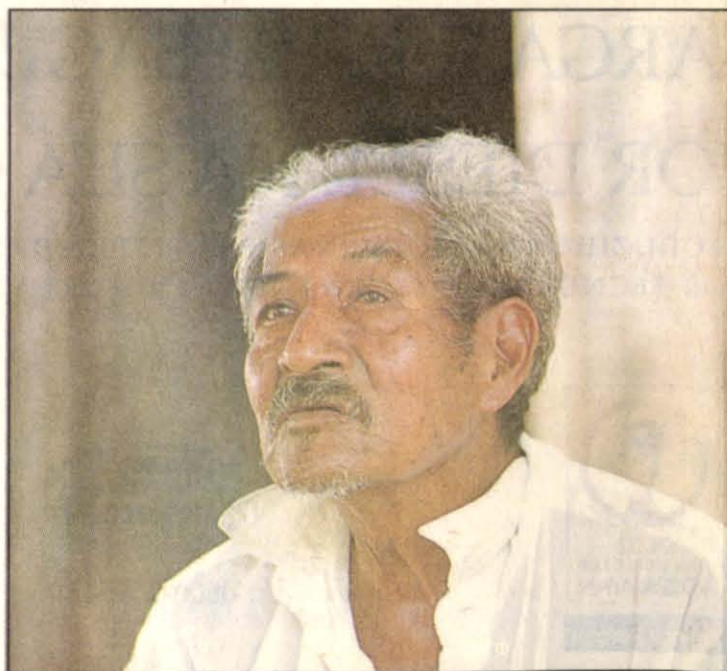
SERRA DA BODOQUENA – O líder dos cadiués, cacique Liberdito Rocha – ou Niwápio, como é conhecido na língua do seu povo –, diz que a vida dos índios que assinaram contratos de parceria para a criação de gado melhorou. Ele quer ajuda para que projetos como esse sejam estendidos às outras pessoas. “As famílias que não têm fazendas vivem mal na aldeia, sem perspectiva”, lamenta.

O administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Campo Grande, Lísio Lili, também aprova as parcerias para criação de gado na reserva cadiué. “Ainda estamos aprendendo sobre a parceria, mas achamos que é uma novidade sobre a ocupação de uma área indígena. A princípio, parece positiva.” Lili afirma que o ideal seria não precisar de parcerias, com

os índios gerenciando suas próprias atividades. Mas, na realidade, ele reconhece que os indígenas precisam de dinheiro e tecnologia, porque a pecuária evoluiu muito. “Hoje, não há como ficar sem essas parcerias porque queremos a independência no futuro.”

A reserva cadiué está na parte mais alta do Pantanal e discute-se até mesmo o fim do ciclo do gado na região. O fato de não estar nas áreas inundáveis significa que a reserva deve ser muito preservada. O ecoturismo pode ser uma atividade econômica interessante para os índios, mas Alain Moreau faz algumas restrições.

Perigo – O advogado alerta para o perigo de os índios perderem o comando da operação e ficarem limitados a receber algum tipo de pedágio de empresários do turismo. Sobre o potencial turístico da reserva cadiué, Moreau reconhece que ele é grande. “Poderiam ser organizadas expedições, com acampamentos durando quatro ou cinco dias, uma pequena



Cacique Liberdito Rocha: “Famílias sem fazenda vivem mal”

aventura feita a cavalo ou de barco, observando os animais.”

Além da dificuldade de encontrar uma atividade profissional que permita renda, outro problema enfrentado pelos cadiués que moram na Aldeia Bodoquena é a péssima estrada. Com tempo bom, um carro leva uma hora e meia até a cidade de Bodoquena. A alternativa é enfrentar o percurso a cavalo, gastando 12 horas. Com

chuva, é melhor ficar em casa.

Rocha também protesta contra o baixo nível da escola primária instalada na aldeia. “Precisamos de bons professores.” Alguns jovens cadiués que vão morar na cidade têm vergonha de falar a língua, mas esse problema ainda não preocupa a comunidade. As crianças aprendem a falar o idioma nativo e só depois vão falar português. (A.G.)



Tecnologia contrasta com a vida do pantaneiro

Fotos L.C. Leite/AE

Casas são de madeira e não têm energia, enquanto o gado é identificado eletronicamente

SERRA DA BODOQUENA – Tecnologia avançada para identificar eletronicamente os animais do rebanho é o símbolo do contraste vivido pelos cadiués nas parcerias que mantêm com o advogado Alain Moreau. As famílias de índios ainda vivem em casas de madeira, sem água encanada nem energia elétrica, mas o gado pode ser identificado por um método que ainda é novidade entre os pecuaristas brasileiros.

Uma cápsula de porcelana com 90% de alumínio (70 gramas de peso, 6,5 cm de comprimento e 3 cm de diâmetro) é introduzida por meio de um tubo de 70 cm e fica depositada no retículo (bolsa que absorve detritos rejeitados pela digestão) do animal. Moreau explica que essa tecnologia, desenvolvida por técnicos australianos, não tem contra-indicações, e ainda permite que a cápsula seja reutilizada após o abate, desde que as devidas retificações sejam realizadas no registro numérico do animal.

O custo dessa operação para identificar o gado com eficiência é alto. A carga tributária no Brasil faz com que cada cápsula custe R\$ 36. Uma leitora portátil não sai por menos de US\$ 270, e o equipamento fixo, com antena que permite uma varredura mais rápida, custa US\$ 1 mil. Para administrar esse sistema, ainda é necessário um notebook e softwares, adquiridos por US\$ 3 mil. “Esse sistema permite melhor controle do criador e fácil identificação de autoridades policiais, fazendárias e sanitárias”, explica Moreau. Ele ainda justifica sua opção tecnológica com base nos exigentes padrões do comércio internacional. “Somente serão aceitos os rebanhos cuja origem pode ser rastreada, para evitar problemas sanitários.”

Moreau conta que a idéia de identificar eletronicamente seu rebanho surgiu da procura, em vão, de um seguro para o gado. Após ouvir propostas inviáveis, que beiravam os 10% sobre o valor do rebanho, o advogado foi



Nelice da Silva usa a leitora portátil para identificar um animal na Fazenda Ximbuva



Moreau: apoio a parcerias

sulas de porcelana com alumínio.

Essa tecnologia também foi aprovada pela União Européia, que já realizou testes em 1 milhão de animais. Nos próximos dois anos, todo o rebanho europeu deverá ser identificado eletronicamente.

O circuito eletrônico (chip) instalado nas cápsulas de porcelana tem código de 15 elementos alfanuméricos. Os três primeiros identificam o Brasil (076) e os outros 12 referem-se ao fabricante e ao animal.

Com a cooperação técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Moreau já identificou aproximadamente metade do seu rebanho – 750 animais. O escritório da Embrapa em Campo Grande (MS) tem informações disponíveis sobre esse sistema.

No Brasil, Moreau integra uma comissão da Associação Brasileira das Indústrias Fabricantes de Máquinas (Abimaq) que prepara as normas de identificação eletrônica de animais. A Abimaq atua por delegação da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da International Standard Organization. (A.G.)

Os criadores australianos enfrentaram problemas com os chips de 32 mm que eram introduzidos nos animais por meio de cápsulas de vidro. Para não terem prejuízos na exportação de gado para seu principal cliente, o Japão, os australianos desenvolveram o sistema das cápsulas de porcelana com alumínio.

Essa tecnologia também foi aprovada pela União Européia, que já realizou testes em 1 milhão de animais. Nos próximos dois anos, todo o rebanho europeu deverá ser identificado eletronicamente.

O circuito eletrônico (chip) instalado nas cápsulas de porcelana tem código de 15 elementos alfanuméricos. Os três primeiros identificam o Brasil (076) e os outros 12 referem-se ao fabricante e ao animal.

Com a cooperação técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Moreau já identificou aproximadamente metade do seu rebanho – 750 animais. O escritório da Embrapa em Campo Grande (MS) tem informações disponíveis sobre esse sistema.

No Brasil, Moreau integra uma comissão da Associação Brasileira das Indústrias Fabricantes de Máquinas (Abimaq) que prepara as normas de identificação eletrônica de animais. A Abimaq atua por delegação da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da International Standard Organization. (A.G.)

Outras vocações podem ser exploradas

Para antropólogo, além do gado, povo cadiuê pode desenvolver outras atividades econômicas

SERRA DA BODOQUENA – O antropólogo Jaime Garcia Siqueira Júnior conhece intimamente a cultura dos cadiués e reconhece que a pecuária é uma das vocações desse povo. “Acho fundamental os índios terem atividades econômicas que permitam independência financeira”, diz. Mas ele recomenda que o rico artesanato, a criação de cavalos, a agricultura, o extrativismo e até o ecoturismo também recebam a mesma atenção que a criação de gado.

O fascínio que a história e a cultura dos cadiués provocou em Siqueira não foi menor do que o de Claude Levi-Strauss. Ele dedicou a esses índios cerca de 50 páginas no célebre *Tristes Trópicos*. Darcy Ribeiro também foi apaixonado pelos cadiués, assim como o foram o jesuíta Sanches-Labrador, autor

do primeiro relato sobre os índios-cavaleiros que dominavam o Chaco e o Pantanal. Quem quiser conhecer a cultura e os costumes dos cadiués também deve ler os diários do italiano Guido Boggiani, misto de intelectual, artista e aventureiro, que viveu entre eles de 1861 a 1901.

Em 1993, Siqueira apresentou sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo. O tema foi Identidade e a História da Ocupação do Território dos Cadiués.

Cavalos – O antropólogo ressalta que esses índios são os únicos da América do Sul que criam e montam cavalos, paixão que nasceu nos primeiros contatos com os espanhóis que desbravaram o continente sulino no século 16. A literatura conta que os primeiros cavalos teriam sido roubados dos espa-

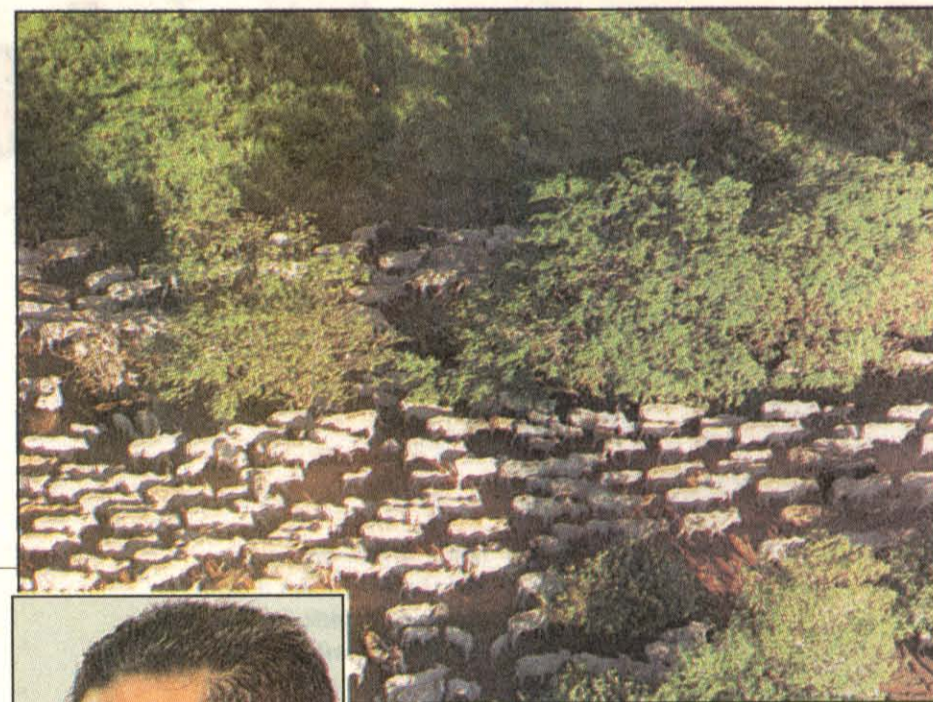
nóis, e até hoje os cadiués incluem a montaria e as corridas em suas festas.

Os padrões estéticos dos cadiués são “riquíssimos”, na visão do antropólogo, e podem ser apreciados por meio das peças de cerâmica que as mulheres produzem. “Alguns rituais ainda preservam a estratificação social entre nobres, guerreiros e cativos”, explica Siqueira.

Essa estratificação estaria, segundo ele, entre as razões de algumas famílias não terem direito a fazendas na reserva de 538 mil hectares em Mato Grosso do Sul.

Siqueira afirma que as mulheres cadiués têm um nível de independência muito maior que o observado em outros povos indígenas do Brasil. A atividade de produção de peças de cerâmica e a renda que ela proporciona seriam provas disso. (A.G.)

PADRÕES ESTÉTICOS DOS CADIUÉS SÃO ‘RIQUÍSSIMOS’



Fazenda Pouso Alto, em Campo Grande: tecnologia de identificação eletrônica do gado utiliza chips introduzidos por meio de cápsulas de porcelana



Ambrósio preside a Acirk

(SPI), antecessor da Funai, e ocorreram as primeiras invasões de criadores de gado. Com o tempo, esses pecuaristas conseguiram do governo o arrendamento das terras, até que, nos anos 80, praticamente 90% da reserva estava invadida. Ambrósio afirma que os cadiués começaram a resistir a esses arrendamentos, principalmente porque nada recebiam.

Em 1984 houve conflitos com pecuaristas e a Fazenda Santo Onofre foi retomada. A Constituição de 1988 proibiu os arrendamentos e ocupações em reservas. A Acirk foi criada em 1989, mas os cadiués continuavam recebendo pouco pelos arrendamentos, apesar de ilegais.

Ambrósio diz que a parceria significa a chegada de técnicas mais modernas para a pecuária. O desafio da Acirk é atrair os jovens cadiués a participar da fiscalização das parcerias e fazer com que se interessem pelo próprio território. A aproximação com a prefeitura de Porto Murtinho é recente porque a sede do município está muito distante – 455 quilômetros pelas estradas existentes. Água tratada e um posto de saúde são reivindicações prioritárias da Acirk para as aldeias. (A.G.)

Desafio é provar viabilidade do projeto-piloto

Advogado afirma que seu principal interesse é a iniciação econômica dos cadiués

SERRA DA BODOQUENA – Provar a viabilidade econômica da parceria com os cadiués para criação de gado é o desafio que o advogado Alain Moreau está enfrentando. “Meu interesse principal é a iniciação econômica dos cadiués e vou provar que isso é possível.” Ele não revela o valor do investimento e limita-se a falar que sua perspectiva é a de ganhar dinheiro.

Moreau tem 69 anos e já foi diretor do Banco da Bahia. Deixou o banco quando o Bradesco incorporou a instituição, há 25 anos. Ele somente cria gado no projeto-piloto de parceria com os cadiués e, para isso, comprou a Fazenda Namocoli, de 1.270 hectares, vizinha da reserva, às margens do Niutaca.

Em 1974, Moreau obteve do então presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, sinal verde para tocar um projeto de desenvolvimento comunitário com os cadiués. Com essa autorização, visitou o Bureau of Indian Affairs dos Estados Unidos e, no Estado de Montana, conheceu as parcerias para criação de gado com os índios crow. Moreau adaptou esse modelo às condições brasileiras.

“Precisei de dois anos para mapear as fazendas da reserva e entreguei à Funai um relatório em 10 de julho de 1978, quando usei, pela primeira vez, a palavra parceria.”

Disputa – A principal área da reserva contestada na Justiça tem 55 mil hectares e fica ao sul da margem do Niutaca. Pecuaristas que obtiveram títulos do Condomínio do Nabileque acabaram ocupando parte da reserva cadiuê. O que também contribuiu para a confusão fundiária da região foi a empresa S/A Fomento Argentino Sud Americano. Ela comprou 760 mil hectares no começo dos anos 20, mas perdeu dez anos depois porque não pagou os impostos ao Estado. Essa área ao norte do rio Niutaca foi desmembrada e vendida em leilão no fim da década de 30.

O levantamento topográfico feito pelo Exército, que definiu a área da reserva cadiuê em 538 mil hectares, foi homologado no governo Figueiredo (1979-1984). Foram feitas inscrições no Cartório de Registro de Imóveis de Porto Murtinho (MS) e no Serviço de Patrimônio da União.

Depois dessas providências, quatro ações judiciais contestaram parte dessa demarcação. O imbróglio jurídico é gigantesco e espera um julgamento no STF desde abril de 1987. O processo tem 21 volumes e envolve os interesses de dez empresas, quatro espólios e 198 pessoas. O relator designado para o caso é o ministro Celso de Mello. (A. G.)

Líder promete que famílias da aldeia vão receber fazendas

Proposta é distribuir módulos mínimos de 2 mil hectares para os grupos sem terra

SERRA DA BODOQUENA – O presidente da Associação da Comunidade Indígena da Reserva Kadiwéu (Acirk), Ambrósio da Silva, promete que nenhuma família do seu povo ficará sem terra. A reserva dos cadiués tem uma área de 538 mil hectares, segundo a demarcação homologada durante o governo Figueiredo. Apesar de a população ser de pouco mais de 2 mil pessoas, muitas famílias não têm fazendas e ficam sem a opção da criação de gado ou outra atividade. “Nossa idéia é criar módulos mínimos de 2 mil hectares, porque esse é o limite economicamente viável no Pantana-

nal”, diz Ambrósio. Os sem-terra cadiués vivem, em sua maioria, na Aldeia Bodoquena e trabalham em pequenas roças. Criam pouco gado e também vendem peças de artesanato. Nas outras quatro aldeias da reserva (São João, Tomázia, Campina e Barro Preto), vivem cerca de 300 índios.

Ambrósio, ou Boloni, na língua nativa, é dono da Fazenda Morro da Lenha, de 11 mil hectares, mas ainda não assinou contrato de parceria para criar gado. Ele é uma das lideranças da comunidade e tem dois irmãos (Adailton e Sandra) parceiros de Alain Moreau.

A Acirk negocia com aproximadamente 30 criadores parcerias parecidas com as que foram contratadas com Moreau. No fim da década de 50, foram instalados os primeiros postos do Serviço de Proteção ao Índio